

Empresa de suplente de Alcolumbre ganha obras de R\$ 350 mi

Senador aliado de Lula e empresário negam interferência política; Dnit e Codevasf afirmam que seguem legislação

Matheus Vargas

BRASÍLIA Empresa que pertence a Breno Chaves Pinto (União Brasil-AP), segundo suplente do senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), assinou contratos, no fim de 2023 e começo de 2024, para obras de R\$ 354,5 milhões com verba federal sob o governo Lula (PT).

A LB Construções foi selecionada para obra de R\$ 268 milhões do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), em consórcio com outra empresa. Também venceu três rodais da Codevasf, estatal federal controlada por um aliado do senador, que somam R\$ 86,5 milhões.

Em nota, Alcolumbre disse que cabe ao governo contratar e executar contratos e convênios públicos, inclusive os que usam verbas de suas emendas.

"É atribuição única e exclusiva do Poder Executivo, res-

ponsável pelas análises técnicas e de mérito das propostas apresentadas nos respectivos processos licitatórios, que devem seguir as normas e critérios legais estabelecidos, com ampla publicidade e transparência", afirmou o senador.

Em redes sociais, Alcolumbre comemorou, em agosto, a liberação da verba do Dnit para obras no Amapá. "Meus agradecimentos ao presidente Lula pela oportunidade de liberar recurso significativo para a gente realizar essa obra tão importante para o estado do Amapá", disse, após o conselho do órgão dar aval aos editais.

Em nota publicada em novembro, também celebrou valores obtidos pela Codevasf, "articulados pelo próprio", para pavimentar vias do Amapá.

O serviço contratado pelo Dnit é para melhorar e atualizar o pavimento de um lote da BR-365, lá as obras da Codevasf são de pavimentação em bloco de concreto e as-



O suplente de Alcolumbre, Breno Barbosa Chaves Pinto (União Brasil-AP). Representação

falto em diversos municípios do estado.

O jornal O Globo mostrou que a outra empresa de Breno Chaves Pinto, a Rio Pedreira, foi contratada em 2022 para executar convênio do governo do Amapá com a Codevasf. O serviço de R\$ 102 milhões foi anunciado pelo então governador do estado, Waldez Góes, atual ministro do Desenvolvimento Regional, e utiliza verba de emenda de Alcolumbre.

Por causa de contratos dessa empresa, a Rio Pedreira, Breno foi um dos abos de busca e apreensão da Polícia Federal na Operação Candidatos, em dezembro de 2022. Os investigadores afirmaram, em representação entregue à Justiça, que havia "índices de superfaturamento" na execução do contrato com o Dnit.

A estrada citada no inquérito da PF é a mesma em que a empresa LB agora deve realizar obras no novo contrato com o Dnit.

O suplente de Alcolumbre disse que "não pesa contra a mesma [a empresa Rio Pedreira] qualquer indício ou mera menção de superfaturamento na execução ou no contrato referente ao trecho para o qual fora contratado".

APF ainda encontrou cerca de R\$ 740 mil distribuídos em armário, gaveta e mochila de Breno durante a busca e apreensão. O empresário disse que o valor apreendido já foi devolvido e tinha como origem um empréstimo bancário.

Os investigadores apontam suspeitas de que a empresa de Breno cometeu frau-

de na compra e venda de madeira com inserções de dados falsos no sistema do Itama. O suplente de senador afirmou que, neste caso, foi vítima de uma empresa subcontratada para reforma de pontes.

Breno participou da chapa ao Senado encabeçada por Alcolumbre em 2022. Ele não havia disputado eleições anteriormente.

"Está claro que não houve influência política nas licitações realizadas por pregão eletrônico, podendo verificar publicamente a legitimidade das disputas com descontos tão relevantes nessas obras públicas", afirmou o suplente de Alcolumbre.

Ex-presidente do Senado, Alcolumbre é padrinho da indicação de três ministros no governo Lula. Ele também é influente no controle e distribuição de emendas e, como presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado, foi peça-chave na articulação do governo Lula para aprovar a indicação de Flávio Dino ao STF (Supremo Tribunal Federal) no mês passado.

O senador também foi um defensor da permanência do engenheiro Marcelo Moreira na presidência da Codevasf, órgão controlado pelo centro e que está nos holofotes desde a gestão Bolsonaro por suspeitas de desvio de verbas justamente em obras de pavimentação.

Em nota, a Codevasf disse que as obras serão feitas com recursos do Orçamento Geral da União. "Tudo as sociedades a despesas discricionárias do governo federal".

A verba da Codevasf, porém, foi turbinada durante o ano em articulações do centro, ainda que os novos recursos não tenham sido necessariamente direcionados a emendas parlamentares.

A estatal também disse que realiza pregões por meio do sistema Comprasnet, do governo federal, que "não permite a identificação de empresas participantes até o encerramento da etapa de lances". "Relações eventualmente existentes entre sócios de empresas participantes de pregões e terceiros são desconhecidas e não integram o rol de critérios de classificação ou de classificação. Os contratos da Codevasf são formalizados com pessoas jurídicas", disse ainda a estatal.

Por meio do Dnit, o Dnit disse que segue a legislação relacionada às compras públicas e que "não é o órgão responsável por proibir ou permitir a participação de empresas ou indivíduos em licitações, não cabendo à autarquia perquirir em eventuais inquéritos em curso".

A decisão sobre a não elegibilidade dos participantes das licitações é uma prerrogativa das autoridades competentes, como os órgãos reguladores e entidades jurídicas. O Dnit atua de acordo com as normativas vigentes, assegurando a lisura e a transparência nos processos licitatórios, mas não tem o poder de vetar a participação de empresas ou pessoas, que não estejam formalmente impedidos de participar dos processos licitatórios", afirmou o órgão.



Deputados estaduais baianos do grupo político de Elmar Nascimento posam ao lado do cantor Bell Marques. Representação

Elmar Nascimento faz festa com políticos em ilha ligada a empresário na Bahia

João Gabriel

BRASÍLIA O líder da União Brasil na Câmara dos Deputados, Elmar Nascimento (BA), organizou uma festa de Ano-Novo na Ilha dos Frades, no litoral baiano, em um espaço de eventos que é ligado ao empresário do setor de gás Carlos Suarez.

As comemorações duraram cerca de uma semana, período no qual passaram pelo local políticos de diversos partidos, inclusive o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e outras autoridades, como o presidente do TCU (Tribunal de Contas da União), Bruno Dantas.

A festa foi noticiada pelo jornal O Globo e as informações foram confirmadas pelo líder da União Brasil à Folha. A festa foi noticiada pelo jornal O Globo e as informações foram confirmadas pelo líder da União Brasil à Folha. A festa foi noticiada pelo jornal O Globo e as informações foram confirmadas pelo líder da União Brasil à Folha.

onal para suceder Lira na presidência da Câmara, mas ele nega que o evento tenha sido trevo eleitoral. "Aluguei o cerimonial que toda pessoa pode alugar. Tenho contrato, paguei da minha conta. Tinha gente do Ministério Público, juizes federais, desembargador, deputado do PC do B ao PL, sou amigo de todo mundo", afirmou Elmar.

Ele afirma que reservou o espaço apenas parcialmente, para cerca de cem pessoas, onde no total caberiam cerca de mil.

"Fomos no dia 28 e ficamos até dia 3. Antonio Rueda [futuro presidente do União Brasil] chegou no dia 5. Celso [Sabino, ministro do Turismo e deputado da União Brasil licenciado] ficou do dia 28 ao 30. Don, que ficaram, e a festa da ilha", completou ao parlamentar.

A lista de presentes inclui o senador Wellington Rocha (PDT-MA), o deputado Zeca Direu (PT-PR) e o ministro das Comunicações, Josévil-



Arthur Lira (PP-AL) com Felipe Lucas (União Brasil), diretor geral de Esportes de Salvador, na festa. Representação

Aluguei o cerimonial que toda pessoa pode alugar. Tenho contrato, paguei da minha conta. Tinha gente do Ministério Público, juizes federais, desembargador, deputado do PC do B ao PL, sou amigo de todo mundo

Elmar Nascimento (União Brasil-BA) líder do partido na Câmara dos Deputados

todos próximos de Elmar. Segundo o deputado, os custos foram todos pagos por ele e por colegas do estado.

Carlos Suarez foi um dos fundadores da empreiteira OAS e é conhecido por sua influência no meio político baiano.

Em 2021, foi maior doador como pessoa física da campanha do então governador Jaques Wagner, hoje líder do governo Lula (PT) no Senado. O empresário também esteve presente na festa de Elmar. Suarez, que é um dos principais nomes do setor de gás no Brasil, é próximo do ministro da Casa Civil, ex-governador Rui Costa (PT).

Como mostrou a Folha, Costa tem ajudado a agilizar vários projetos sobre o setor do gás no país. Medidas adiadas há anos foram desengavetadas com apoio do Planalto, entre elas o Brasduto, rede de gasodutos que passaria por capitais e áreas do interior do Brasil, estimada em R\$ 100 bilhões.

O local onde aconteceu a festa de Elmar é o Cerimonial Loreto, que é gerido pela Fundação Baía Viva, presidida por Isabela Suarez, filha do empresário.

Em 2022, a Folha mostrou que o governo da Bahia firmou um contrato de comodato e autorizou o empréstimo de obras do artista plástico Frans Krajcberg para a fundação.

A ilha pertence ao município de Salvador, mas não possui acesso terrestre. Só é possível chegar ao local em lancha e escunas.

O espaço tem capela climatizada e heliponto e costuma abrigar festas de casamento, além de eventos corporativos de grandes empresas.

A Fundação Baía Viva já teve sua atuação questionada pelo Ministério Público Federal e chegou a ser ré em um processo de crime ambiental pela realização de obras na ilha dos Frades.

Em 2022, a Justiça Federal multou a Prefeitura de Salvador, empreiteiras e Suarez em R\$ 5 milhões por danos ambientais coletivos. Segundo o Ministério Público, as decisões foram anuladas e atualmente "não há nenhuma decisão judicial válida para obrigar o pagamento de danos ambientais coletivos ou obras de restauração".

Justiça do DF amplia censura a reportagem sobre Lira

Ricardo Della Cella

BRASÍLIA O Tribunal de Justiça do Distrito Federal ampliou a censura a texto da Agência Pública sobre uma acusação de violência sexual contra o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Em setembro, o TJDF havia determinado a retirada do ar da matéria intitulada "Ex-mulher de Arthur Lira o acusa de violência sexual", publicada pela Pública. Em 30 de dezembro, o desembargador Leonardo Roscoe Bessa mandou a agência retirar do ar outros conteúdos sobre o caso.

Em nota de quinta (11), a pública disse que os conteúdos foram excluídos de seu site e das redes. Procurada, informou que vai recorrer.

A decisão alcançou um episódio do podcast Pauta Pública e uma coluna da diretora-executiva, Marina Amaral, que repercutiam a reportagem original que foi censurada em setembro.

Bessa ficou frouxa de multa diária de R\$ 1.200 se os links não fossem derrubados e oficiou as redes YouTube e LinkedIn para removerem o conteúdo.

A Pública relatava, na reportagem censurada, afirmação de Julliene Lins, ex-esposa de Lira, de que teria sofrido violência sexual em 2026, quando disse ter sido agredida com chutes e socos pelo deputado —alvo do STF (Supremo Tribunal Federal) em 2015.

A defesa de Lira disse que a reportagem "foi forjada e concebida para atingir severamente" a sua honra "mediante a repetição serial de acusações" de caso já encerrado na Justiça. Bessa disse que deveria ser dado ao caso tratamento idôneo. A decisão de setembro. Procurado nesta terça (16), Lira, pela assessoria, afirmou que a alegação é inverídica.